

**MOBILIDADE TEMPORÁRIA DO TRABALHO NOS PEQUENOS  
MUNICÍPIOS, FRENTE À REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO  
CAPITAL**

**TEMPORARY MOBILITY OF WORK IN SMALL TOWN FACING  
THE PRODUCTIVE RESTRUCTURATION OF CAPITAL**

**MOVILIDAD TEMPORAL DE TRABAJO EN PEQUEÑA CIUDAD  
FRENTE AL REESTRUCTURACIÓN PRODUCTIVA DEL  
CAPITAL**

**Silmara Oliveira Moreira<sup>1</sup>**  
*moreira.sillmara@gmail.com.*

**Janio Santos<sup>2</sup>**  
*janiosantos@yahoo.com.br*

**RESUMO:** No século XX, verificou-se o fluxo migratório de várias regiões do Brasil, sobretudo Nordeste, de onde muitos, de origem camponesa, deslocaram-se para a Região Sudeste. Atualmente, contornos novos são evidenciados nesse deslocamento de trabalhadores, que apontam dinâmicas territoriais hodiernas. Analisar a mobilidade do trabalho, vinculada os pequenos municípios, objetivo deste artigo, permite entender os motivos que, a partir do ano 2000, levaram trabalhadores a saírem de suas localidades temporariamente, para vender a força de trabalho em outras áreas. Esse fenômeno configura-se nos pequenos municípios, no século XXI, como fator que interfere na dinâmica socioeconômica; são trabalhadores marcados por vidas fragmentadas, entrecruzadas em migrações temporárias, cujo desdobramento crucial é a plasticidade do trabalho, em um contexto de reestruturação produtiva do capital.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mobilidade, Trabalho, Pequena cidade, Reestruturação, Plasticidade

**ABSTRACT:** The 20th century marked by the migration of various regions of the Brazil, in large measure northeast, where many of peasant origin moved to the southeast. New contours are highlighted in the migration of workers, showing new territorial dynamics. The purpose of this article is to analyze the mobility of labor in small towns to understand the reasons that made workers to leave their villages temporarily, in the last fifteen years, to sell the workforce in other areas of Brazil. The phenomenon occurs in small city in 21st century as something that interferes in the social economic dynamics. The workers' lives marked by fragmentation and crossed by temporary migration whose crucial result is the plasticity of the work, in a context of productive restructuration of capital.

**KEYWORDS:** Mobility, Work, Small Town, Plasticity, Restructuration, Plasticity.

**RESUMEN:** El siglo XX estuvo marcado por la migración de varias regiones, en gran medida

---

<sup>1</sup> Graduada em Geografia (UESB), Especialista em Análise do Espaço Geográfico (UESB) e Mestranda em Geografia (UESB); monitora pedagógica do Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (Cedasb).

<sup>2</sup> Doutor em Geografia; professor titular da UEFS e coordenador do Grupo de Pesquisa Urbanização e Produção de Cidades na Bahia.

Nordeste, donde muchos de origen campesino se trasladó al Sudeste. Actualmente, los contornos recientes se destacan en la migración de los trabajadores, señalando las dinámicas territoriales contemporáneas. Analizar la movilidad del trabajo, vinculada a la pequeña ciudad, el propósito de este artículo, nos permite comprender las razones por las que, en los últimos quince años, han llevado a los trabajadores a abandonar sus orígenes temporalmente, para vender la fuerza de trabajo en otras áreas de Brasil. El fenómeno se establece en pequeños pueblos, en el siglo XXI, como una cosa que interfiere en la dinámica socioeconómica. Las vidas de los trabajadores están marcadas por la fragmentación, entrecruzándose en la migración temporal, cuyo resultado crucial es la plasticidad del trabajo, en un contexto de reestructuración productiva del capital.

**PALABRAS CLAVE:** Movilidad, Trabajo, Pequeña ciudad, Reestructuración, Plasticidad.

## INTRODUÇÃO

A mobilidade do trabalho no Brasil está presente nos ciclos econômicos que o país passou desde a sua colonização, sendo que se tornou mais latente com o duplo processo de urbanização/industrialização que, aos poucos, mudou o arranjo espacial e econômico da nação. Conforme apontam os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir da década de 1970, o Brasil mudou de eminentemente rural, com maioria da população a viver no campo, para um país urbano, com maior parte da população nas cidades (IBGE, 1970). Ainda que os dados não expliquem *per se* o fenômeno, por se tratar de informações quantitativas apenas, auxiliam a compreensão de como a saída dos trabalhadores do campo para cidade causou relativo esvaziamento do primeiro em relação à segunda, algo fundamental, ainda que parcial, para refletir acerca da mobilidade do trabalho.

Em escala regional, pode-se destacar o intenso fluxo migratório de pessoas de várias regiões do país - em maior número, da região Nordeste, muitas dessas de origem campesina - para trabalhar nas indústrias da região Sudeste, onde se deu início ao processo ampliado de fixação das indústrias no país. Isso, conseqüentemente, fez com que essa região se destacasse na conjuntura nacional com uma grande produção industrial.

Na Bahia, passaram a existir muitas “cidades”, após meados do século passado, face à emancipação política de vários municípios. Outro fato importante nesse período foi a migração de grande contingente de pessoas, tanto das pequenas cidades quanto do campo, para a região Sudeste, à procura de emprego, principalmente para o estado de São Paulo, pela razão sobredita. As pequenas cidades baianas desempenham papel importante na rede urbana. Suas economias, normalmente, estão ligadas aos empregos gerados pelo setor público e/ou às atividades de prestação de pequenos serviços, ao comércio e à agricultura.

Ao pensar no recorte de um município, nota-se que em Belo Campo, assim como em outros casos na Bahia, ainda há intensa migração de trabalhadores para a Região Sudeste, principalmente jovens, de modo temporário. Uma peculiaridade é a mobilidade campo-cidade, balizada por uma contraditória precarização do trabalho no campo; contraditória, porque faz com que a saída do trabalhador para a cidade funcione como refúgio, teoricamente, em busca de melhores condições de vida. Todavia, o mesmo direito do acesso ao trabalho que lhe fora negado no campo também lhe é negado na cidade (MOREIRA, 2011).

Ainda conforme pesquisa realizada por Moreira (2011), nos últimos anos, o Produto Interno Bruto (PIB) no setor de comércio e serviço apresenta parcela crescente do peso nesses municípios. Por exemplo, Belo Campo apresentava um crescimento significativo nesse setor, já que saltou de um PIB, em 2006, de 59,77% no terciário, para 80,47%, em 2009, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2006; 2009). Todavia, informações sobre a ocupação revelam um percentual significativo de trabalhadores ainda vinculados às atividades primárias, já que, em 2010, 39,0% estavam ocupados na agricultura, extrativismo ou pesca, e 43,37% no comércio ou serviços (IBGE, 2010).

Tais informações, portanto, demonstram que Belo Campo não foge à regra de outros pequenos municípios baianos não-metropolitanos, que, em sua maioria, têm no setor do comércio e serviços base principal da produção do município, composta pelas receitas geradas por empregos públicos, aposentadoria rural e pela pequena movimentação do comércio; todavia, grande parte de seus trabalhadores ainda sobrevive do labor na atividade agrícola, o que sinaliza a necessidade de relativizar os dados do PIB.

Disso exposto, este artigo busca compreender a mobilidade temporária do trabalho, na conjuntura atual dos pequenos municípios, tendo como recorte Belo Campo, para refletir acerca das características desse fenômeno na urbanização contemporânea, avaliando a maneira como a mobilidade, enquanto movimento espaço-temporal, ocorre e quais as suas interferências na dinâmica socioespacial dos pequenos municípios. Nesse ínterim, ajuizar sobre a vida dos trabalhadores, que é o cerne do processo.

## **MOBILIDADE DO TRABALHO FRENTE À REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL**

A reestruturação produtiva, enquanto um conjunto de transformações no regime de acumulação e no modo de regulamentação, implica em mudanças na forma como o

trabalho se organiza, mas, principalmente, na vida, nas relações e nos costumes do trabalhador. Harvey (2013), ao analisar esse período, enfatiza que tais modificações só podem ser compreendidas, mais claramente, com a análise dos grandes eventos do pós-guerra. O autor defende a tese de uma transição no regime de acumulação, ou seja, uma série de transformações na forma como o trabalho era organizado e, mormente, no modo de regulamentação social, que se associa ao conjunto de leis e normas que sedimentam tais mudanças.

Ao analisar o fordismo enquanto regime de acumulação, Harvey relata que, no início, esse foi marcado não só pela estipulação do dia de trabalho de oito horas, mas também pelo total conhecimento do seu criador, Henri Ford, de que “[...] produção de massa significava consumo de massa”. (HARVEY, 2013, p. 117). Nas palavras do autor:

O propósito do dia de oito horas e cinco dólares só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade. Era também dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores (HARVEY, 2013, p. 122).

O fordismo, portanto, aliado ao keynesianismo e o taylorismo, manteve-se forte por um tempo, e ultrapassou os anos que seguem o período pós-guerra, tendo enfrentado, no entanto, grandes dificuldades na manutenção da mão de obra, sendo uma dessas a rejeição dos trabalhadores aos sistemas de trabalho rotinizado.

Santos (2013), fundamentado em Harvey (2013), explicita que as especificidades da acumulação flexível podem ser observadas com base na análise dos mecanismos que estruturam as práticas socioespaciais reproduzidas no capitalismo atual, que não se reduzem à produção imediata, mas, igualmente, às demais etapas do ciclo de reprodução do capital: circulação, distribuição e consumo. O autor destaca alguns pontos que demonstram esse cabedal de transformações no papel do Estado, nas relações de trabalho, na introdução de novas tecnologias, no capital financeiro, na lógica da atividade industrial e nos padrões de consumo global, que, por sua vez, redefiniram o próprio sistema capitalista.

No caso do Brasil, a chegada dos trabalhadores na cidade, nesse amplo processo, trouxe imbuída as transformações da industrialização e, longe de ser um acontecimento que pudesse proporcionar grandes melhorias em suas vidas, foi marcada pela presença de problemas relacionados a emprego, moradia e até mesmo ao estranhamento da vida urbana, o que demonstra como a mobilidade do trabalho pode ser

responsável por uma série de transformações. Esse movimento migratório, portanto, desde seu início, foi acompanhado por intensa precarização do trabalho, o que, ao longo do tempo, tendeu a se consolidar e fez com que as condições de vida do trabalhador, em vários casos, cada vez mais se deteriorassem; ou seja, parte dos trabalhadores que viveu uma precariedade das condições de vida no campo, ao migrar para a cidade, se viu diante das mesmas condições.

No entanto, essa é uma característica do processo de urbanização no Brasil, que sempre esteve atrelado à mobilidade do trabalho, manifestando-se nos pequenos municípios tanto com a migração de pessoas que saíram em direção aos grandes centros, quanto dos que saíram da zona rural em direção às pequenas cidades. Esse último caso, mesmo que em menor escala, é representativo no contexto de um país que, devido à intensa urbanização, passou a ter maior parte da população vivendo nas cidades, inclusive as pequenas.

Porém, a rigidez nos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo, nos mercados de alocação e nos contratos de trabalho, deixaram evidentes as dificuldades que viriam a assolar o fordismo e anunciaram a reestruturação econômica que o mundo viria a sofrer após a década de 1970. A essa nova forma de organização da sociedade e da economia mundial, Harvey chamou de acumulação flexível, “[...] marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 2013, p.140). O mercado de trabalho, portanto, passou por uma intensa reestruturação e culminou na “[...] redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado” (HARVEY, 2013, p. 143).

Os trabalhadores brasileiros, que outrora migraram do campo para a cidade, começaram a desempenhar outros papéis no sistema de produção capitalista, adaptando-se às condições do mercado flexível, nas quais o setor de prestação de serviços ganhou proporções cada vez maiores e o emprego na indústria sofreu significativa redução.

Juntamente a esse fato, se observa uma parcela de trabalhadores que retorna para seus lugares de origem. Esses trabalhadores passaram a conviver com outra forma de precarização, pois se tornaram cada vez mais maleáveis, forçados a vender sua força de trabalho de maneira temporária e a se adaptarem às condições do mercado de trabalho. Santos, ao discutir sobre as migrações no Brasil, relata: “[...] de fato, ao gerar trabalhadores excedentes no seu movimento contínuo de acumulação, o capital cria a necessidade de fluxos de deslocamento em busca de trabalho” (SANTOS, 2006, p. 6), pois o capital

precisa encontrar constantemente novas maneiras de efetuar sua acumulação.

Essa mobilidade é também constatada entre campo e cidade nos próprios municípios pequenos, tanto em caráter permanente, pois muitas famílias deixam a zona rural para ir morar na área urbana, como em caráter pendular, ou seja, camponeses, que passaram a morar na cidade, mas mantiveram suas relações de trabalho com o campo.

Sobre os fatores que contribuem para a mobilidade, Ghizzo e Rocha enfatizam que a decisão de migrar está muito mais atrelada às “causas de repulsão” do que as “causas de atração”. Entretanto, as mesmas são interligadas “[...] formando uma conjuntura em que a mobilidade seja a única saída para as pessoas” (GHIZZO; ROCHA, 2008. p. 107). Ainda de acordo com os mesmos autores:

Na maioria das vezes, a mobilidade é incentivada por uma ideologia, instigada no indivíduo através de uma fantasia irreal. Mas, em todo caso, este indivíduo parte motivado pela esperança, pelo desejo de mudar de vida, de ser melhor, de encontrar um trabalho ou condições que lhe proporcionem uma ascensão social (GHIZZO; ROCHA, 2008. p. 107).

Gaudemar (1977) considera que a “[...] mobilidade da força de trabalho é assim introduzida, em primeiro lugar, como a condição de exercício de sua liberdade de se deixar sujeitar ao capital, de se tornar a mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital” (GAUDEMAR, 1977, p. 190). Essa mão de obra mobilizada se torna produtora de mercadorias e, ao mesmo tempo, mercadoria que é vendida com a intenção da acumulação. Assim, “A liberdade de trabalho encontra-se totalmente definida nesta dupla determinação: o trabalhador dispõe livremente da sua força de trabalho, mas tem absoluta necessidade de a vender” (GAUDEMAR, 1977, p. 190). Para que o trabalho seja transformado em capital, o capitalista precisa encontrar no mercado o trabalho livre em dois sentidos: o trabalhador deve dispor de sua vontade, da sua força como mercadoria que lhe pertence, e deve ser totalmente carente das coisas indispensáveis a realização da sua força de trabalho.

Sendo assim, o trabalhador, de certa forma, pode “escolher” como utilizar da sua força de trabalho, mas vê-se obrigado a atender a uma lógica do mercado, que o impulsiona a sujeitar-se à ocupações, muitas vezes precárias, a fim de manter sua sobrevivência. Ou seja, “Os capitalistas vendem os meios de subsistência para a obtenção da atividade de trabalho; os operários vendem suas forças de trabalho para a aquisição dos meios de subsistência” (ROCHA, 1999, p.159).

A mobilidade se revela num movimento contraditório, que, para Ghizzo e Rocha (2008), se acentuou com a introdução das relações capitalistas de produção no

espaço geográfico, encontrando seu índice mais representativo com a introdução dessas relações no campo, o que acarretou a expropriação da terra dos pequenos proprietários rurais e a proletarização desses produtores nos espaços urbanos. Nesse sentido, muitos sujeitos migram em direção a outras localidades, devido à expropriação dos meios de produção no contexto do processo de urbanização pelo qual passa a sociedade e pela não condição de sobreviver do trabalho ao qual está sendo empregado, face à intensa precarização.

Assim, “A mobilidade da força de trabalho surge então como uma condição necessária, se não suficiente da gênese do capitalismo e como um índice do seu desenvolvimento” (GAUDEMAR, 1977, p. 192). Essa mobilidade possui uma relação inexorável com o acúmulo do capital, pois o sujeito ao migrar muda a sua posição no contexto da divisão do trabalho.

Damiani (1998), ao comentar sobre a visão de Pierre George a respeito da migração, argumenta que esse autor: “[...] fala de migração não só como uma deslocação humana, mas como irradiação geográfica de um dado sistema econômico e de uma dada estrutura social”. A autora explica ainda que, na maioria das vezes, a migração é um acontecimento controlado politicamente, ou seja, não depende somente da vontade do indivíduo, mas dos condicionantes políticos que interferem de maneira direta na sua decisão, o que se configura como mobilidade forçada.

Ressalta-se ainda que são diversas as maneiras em que ocorre a mobilidade, tanto como é diverso o tempo que os trabalhadores permanecem nos locais de labor. Muitos migram com pretensões de retornar às suas cidades e acabam fixando residência; outros ficam por pouco tempo, mas estão sempre nesse movimento de ida e volta entre a pequena cidade e o local de trabalho, o que caracteriza a migração temporária.

Convém rememorar que as abordagens sobre a migração estão alocadas em três troncos teóricos: a primeira, embasada no *pensamento dos neoclássicos*, no qual o processo representa apenas deslocamentos espaciais de trabalhadores no meio geográfico, ligados ao equilíbrio econômico e à função do trabalho, e desconsidera a dimensão histórica; a segunda é concebida como *histórico-estruturalista*, na qual se faz análise de grupos e classes sociais a sofrerem as implicações da força das estruturas sociais; na terceira, é fundamentada na *concepção marxista* do trabalho e propõe o conceito de mobilidade do trabalho entendendo-a como condição essencial para reprodução do capital (SILVA, 2009).

A mobilidade do trabalho no modo de produção capitalista assume, portanto, uma característica específica, ao se tornar o único meio de sobrevivência para uma grande

massa de trabalhadores e suas famílias. Essa dinâmica tem se configurado, ao longo do tempo, como uma forma de garantir a sobrevivência de sujeitos que abandonam seu local de origem em busca de condições sociais e/ou econômicas que lhes proporcionem, teoricamente, uma melhor condição de vida (GHIZZO; ROCHA, 2008).

### **A MOBILIDADE TEMPORÁRIA NA SOCIEDADE DO CAPITAL**

De acordo com as proposições de Santos, “[...] tanto a migração interna quanto a externa não decorrem de uma simples vontade de mudança de espaço, ainda que essa possa ocorrer” (SANTOS, 2006, p. 24); o que tem determinado o aumento dos fluxos migratórios é a dinâmica do mercado de trabalho. Esse, por conseguinte, apresenta condições cada vez mais distintas para os trabalhadores e faz com que esses se tornem moldáveis às condições postas e impostas. Ao trabalhador, portanto, não lhe resta alternativa, sendo levado incessantemente a adaptar-se às condições adversas do mercado de trabalho.

Ao tratar das características da “nova morfologia do trabalho”, produto da reestruturação pelo qual o modo de produção capitalista vem passando, Antunes destaca:

[...] quase um terço da força humana mundial disponível para o ato laborativo, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivencia as agruras do não-trabalho, do desemprego estrutural. Perambulam pelo mundo, como prometeus modernos, a cata de algo para sobreviver (ANTUNES, 2005, p.138)

Essa realidade, portanto, é caracterizada sempre pela busca ininterrupta do trabalhador por condições que proporcionem a própria existência na sociedade do capital, para si e para a sua família, tendo como condicionante um maior valor agregado à venda da sua força de trabalho, seja nas funções que desempenhavam no seu local de origem, ou em quaisquer outras atividades que, porventura, venham a desempenhar.

Atrela-se a tal fato essa nova “maneira de ser” do trabalho, cujo conceito, de acordo com Antunes e Alves, “[...] compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho” (ALVES; ANTUNES, 2004, p.7). Esse novo modo de ser, no entanto, não se restringe somente aos trabalhadores manuais diretos, mas congrega também “[...] a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário”. (ALVES; ANTUNES, 2004, p. 7).

A migração temporária está arraigada a esse caráter do trabalho, composta de pessoas “versáteis” e “multifuncionais”, capazes de se adaptar à demanda do mercado, não

importando para isso os limites geográficos. Antunes enfatiza ainda:

[...] pode-se ver que cada vez *menos* homens e mulheres *trabalham muito*, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérita do capitalismo, quase similarmente à época da Revolução Industrial. E, na marca da *superfluidade*, cada vez *mais* homens e mulheres encontram *menos trabalho*, espalhando-se à cata de trabalhos parciais, temporários, sem direitos, “flexíveis”, quando não vivenciando o flagelo dos desempregados (ANTUNES, 2008, p. 8, grifos do autor).

Nessa mesma perspectiva, o autor classifica os trabalhadores temporários e precários como “trabalhadores improdutivos, criadores de antivalor” no processo de trabalho (ANTUNES, 2007, p. 11). Diferentemente do período fordista-taylorista-keynesiano, como o próprio nome sugere, a acumulação flexível, período da flexibilidade dos mercados, faz com que a precarização do trabalho assuma uma nova face, pois o trabalhador, cada vez mais, se vê a mercê dos trabalhos temporários e incertos, tendo que se sujeitar a um regime de horas de labuta e, em muitos casos, sem direitos.

Assim, este texto trata da migração/mobilidade do trabalho temporária compreendendo-a como aquela em que os indivíduos se deslocam por um período para outros espaços, em busca de trabalho, com o intuito de regressar para seu local de origem. Entretanto, esse movimento pode ser de caráter sazonal, ou seja, durante determinado período do ano, como é o caso das migrações para as atividades agrícolas em algumas regiões do Brasil; ou por um período maior de tempo, podendo chegar a alguns anos de estada longe de casa.

Ao tratar do migrante temporário, Martins ressalta que é:

[...] aquele que vai e volta e o processo social que ele vive é o sair e retornar. Porém, retornar para onde? Para quem? Sociologicamente falando, o migrante ao retornar, já não é o mesmo; e, por ter que sair, nas condições em que sai, modifica as relações sociais do seu grupo de origem, altera a organização da família, a divisão do trabalho familiar, o lugar de cada um. O que encontra, quando retorna, já não é aquilo que deixou. Ele nem mesmo se reencontra porque já é outro, procurando ser o mesmo (MARTINS, 1988, p. 45).

O ir e vir dos trabalhadores decorre das transformações econômicas da sociedade em que o trabalhador está inserido, perpassa pelas mudanças nas relações sociais, com a família, e implica na própria maneira do ser humano compreender a reprodução de sua vida enquanto ser social, uma vez que passa constantemente por mudanças nos espaços de realização da vida.

O trabalhador, portanto, começa a adquirir uma capacidade de adaptar-se, de

moldar-se às necessidades do mercado. Essa habilidade é definida por Thomaz Junior (2006) como plasticidade do trabalho, que é marcada por uma diversidade de atividades laborativas realizadas pelo indivíduo que busca a todo custo se inserir nesse mercado, o que torna sua força produtiva para o capital. Conceito que se associa à ideia de capilaridade do trabalho, que é inerente às esferas de convivência em sociedade (social, política, econômica, cultural). Desse modo, o espraiamento dos sujeitos por todo o território, em busca de espaços que lhe apresentem demanda do capital por mão de obra, e as esferas de convivência social supracitadas são parte importante nesse par plasticidade-capilaridade.

Martine (1994), ao fazer uma análise dos movimentos populacionais no Brasil, afirma que a ocupação do território brasileiro, até a década de 1930, estava concentrada em pontos isolados, com uma população, em sua maioria, rural. Com o desencadear da crise econômica mundial de 1930, que atingiu o “ciclo do café paulista”, iniciou-se um processo migratório interno, com características diferentes: nas décadas de 1940 e 1950, houve um fluxo de migrantes rurais, que se dirigiram para as áreas rurais do oeste de São Paulo, norte e oeste do Paraná, oeste de Santa Catarina e sudeste do Mato Grosso, onde encontraram algumas vantagens para o desenvolvimento da agricultura, como, proximidade aos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro, dos portos e uma estrutura fundiária aprimorada, para a época. No período de 1950 a 1960, o incentivo governamental visando transferência da fronteira agrícola para a faixa central do país, nos estados de Goiás, Mato Grosso e Maranhão, bem como a construção da nova capital federal e a edificação de estradas e rodovias, fizeram muitas pessoas se deslocarem para essa área. Na década de 1970, o Estado investiu no incentivo ao pequeno produtor e ao grande capital para migrar em direção à região Amazônica, no intuito de ocupar aquela área e dinamizar a sua economia.

Por outro lado, foi também a partir da década de 1930 que as cidades brasileiras passaram a receber um número maior de migrantes. Alguns fatores contribuíram para esse processo, tais como a “quebra da economia cafeeira”, que deixou de ofertar os empregos de outrora; o incentivo do Estado à atividade industrial, após a segunda guerra mundial, concomitante à modernização da agricultura nas grandes fazendas, que intensificou o uso do trabalho via mecanização; a abertura de estradas no território brasileiro, que relativamente melhorou a circulação pelo país (MARTINE, 1994); e a disparidade de investimentos para outras regiões, como o Nordeste, que fez com que pessoas atingidas pela concentração da terra e pela falta de política de permanência no campo (associadas falsamente às condições climáticas), que impossibilitavam ao pequeno produtor rural viver da sua própria produção, saíssem de suas áreas de origem.

A partir da década de 1990, contudo, outro movimento migratório que começou a acontecer no país e merece destaque foi a migração de retorno, caracterizada pela volta dos trabalhadores para seus locais de procedência. Todavia, nesse contexto, tais trabalhadores não regressam mais para o campo e sim, sobretudo, para as pequenas cidades - sede dos municípios - ou para as cidades intermediárias próximas aos seus municípios de origem, que começaram a despontar economicamente e apresentarem certa centralidade na rede urbana brasileira.

Não obstante, no contexto da reestruturação produtiva do capital, a migração temporária no Brasil apresenta alguns fatores que têm interferido nessa dinâmica, um deles é a diminuição, nas últimas décadas, do crescimento populacional das grandes cidades, em relação às cidades médias, porque mudou o destino de muitos trabalhadores (SANTOS 1994). Outro aspecto que merece destaque é o crescimento do agronegócio, pois o fato do campo está cada vez mais tecnificado faz com que as terras dos pequenos produtores tornem-se cada vez reduzidas, em certas regiões do país. O camponês, por conseguinte, continua saindo de sua terra para outras regiões e, ao mesmo tempo, sendo expulso para as cidades.

Por outro lado, é importante lembrar que os movimentos sociais, nas últimas décadas, têm conseguido encontrar alternativas, que vêm, aos poucos, mitigando essa expulsão do trabalhador do campo (BARCELOS, 1996). Como exemplos, podemos mencionar, dentre outros, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que luta pelo acesso à terra e pela efetivação da reforma agrária; e a Articulação do Semiárido (ASA), que luta pela garantia do acesso a água, nas regiões brasileiras com baixo potencial hídrico, tendo como principal objetivo fortalecer a política de convivência com o semiárido.

Desse modo, a dinâmica econômica e social dos pequenos municípios, assim como de todo o território brasileiro, tem sido alterada por esse processo migratório temporário, pois a saída de pessoas para outras cidades, em busca de trabalho, além de modificar o espaço geográfico de onde saiu o trabalhador, transforma também o espaço para onde esse fluxo se direciona. Doravante, a fim de caracterizar os sujeitos envolvidos, dar-se-á prioridade a essa reflexão teórica atrelada ao pensar o trabalhador enquanto sujeito concreto da/na mobilidade, disso exposto o recorte para Belo Campo.

## **MOBILIDADE TEMPORÁRIA EM BELO CAMPO E A TRAJETÓRIA DOS TRABALHADORES**

É importante analisar a produção do espaço com base nas relações concretas estabelecidas para explicar a reprodução da vida do camponês, que hoje reside na cidade, e que propõem indagações sobre a concepção que o camponês tem da cidade e como ele se vê como um trabalhador do campo nela vivendo. Para isso, tem-se como recorte da análise Belo Campo, um pequeno município situado no interior da Bahia e que está inserido no Polígono das Secas. Localiza-se no sudeste da Bahia, a sudoeste de Salvador, capital do estado, e faz parte do território de identidade Vitória da Conquista.

O município de Belo Campo foi criado em 1962, face sua emancipação política, já que, até então, era distrito de Vitória da Conquista. Essa mudança ocorreu num momento em que o Brasil intensificava o processo de industrialização. Na Bahia, entretanto, ainda não havia significativa implantação de indústrias, ao menos como processo mais amplo e dentro do modelo adotado a partir da década de 1940, que concentrou tal atividade na Região Sudeste do Brasil. Contudo, o território baiano também sentia as decorrências das transformações pelas quais passava o país, sobretudo diante das profundas alterações advindas de uma nova lógica na urbanização (MOREIRA; SANTOS, 2015).

Quem são os sujeitos que migram temporariamente em Belo Campo? Em geral, são homens (58%) e mulheres (42%), com faixa etária entre 18 e 55 anos, que residem hoje em diferentes bairros na sede do município. Desses, 47% possuem o ensino fundamental completo e apenas 26% cursaram ou estão cursando o ensino superior. Observa-se que 52% dos trabalhadores estão na faixa etária de 18 a 30 anos e começaram a trabalhar ainda criança, quando tinham entre 7 e 12 anos (52%), ou ainda na adolescência, entre 13 e 16 anos (42%). Apresentam um núcleo familiar composto por três a cinco membros e possuem renda entre um e três salários mínimos, com média de duas pessoas ocupadas por núcleo familiar. Os principais responsáveis pelo sustento das famílias são o pai e a mãe.

Essa renda, para a maioria dos trabalhadores, só é possível no período em que viajam para trabalhar fora do município. Assim, ao retornar a Belo Campo, atuam também provisoriamente em empregos mal remunerados, sejam como autônomos, os que labutam na construção civil; sejam como empregados no comércio, balconistas, auxiliares de serviços gerais; sejam em casa de família, como relataram algumas mulheres. Materializam, desse modo, o que Thomaz Junior (2006) denomina como plasticidade do trabalho, como mencionado alhures.

Os ganhos obtidos em nada se comparam aos que recebem nas mesmas

funções em outros destinos, quando migram, pois dificilmente chegam a um salário mínimo mensal em Belo Campo, valor que, infelizmente, é quase um privilégio para quem trabalha em pequenos municípios da Bahia. Nos domicílios em que apenas um dos membros é responsável pela manutenção da casa, os relatos de viver a dificuldade e o dilema entre ficar com a família ou viajar para outros municípios para trabalhar são recorrentes.

Constata-se que 80% são naturais da zona rural do próprio município de Belo Campo, conforme figura 1. Iniciaram suas vidas como trabalhadores ainda enquanto crianças, moradoras do campo, e foram residir na sede. Os demais são originários de municípios próximos, como Caraíbas, Cândido Sales e Tremedal. Essas pessoas decidiram morar em Belo Campo pela não condição de sobrevivência no espaço agrário, uma vez que se encontravam à margem, sem condições básicas para a reprodução da vida, aspecto esse também apontado em estudo anterior (MOREIRA, 2011).

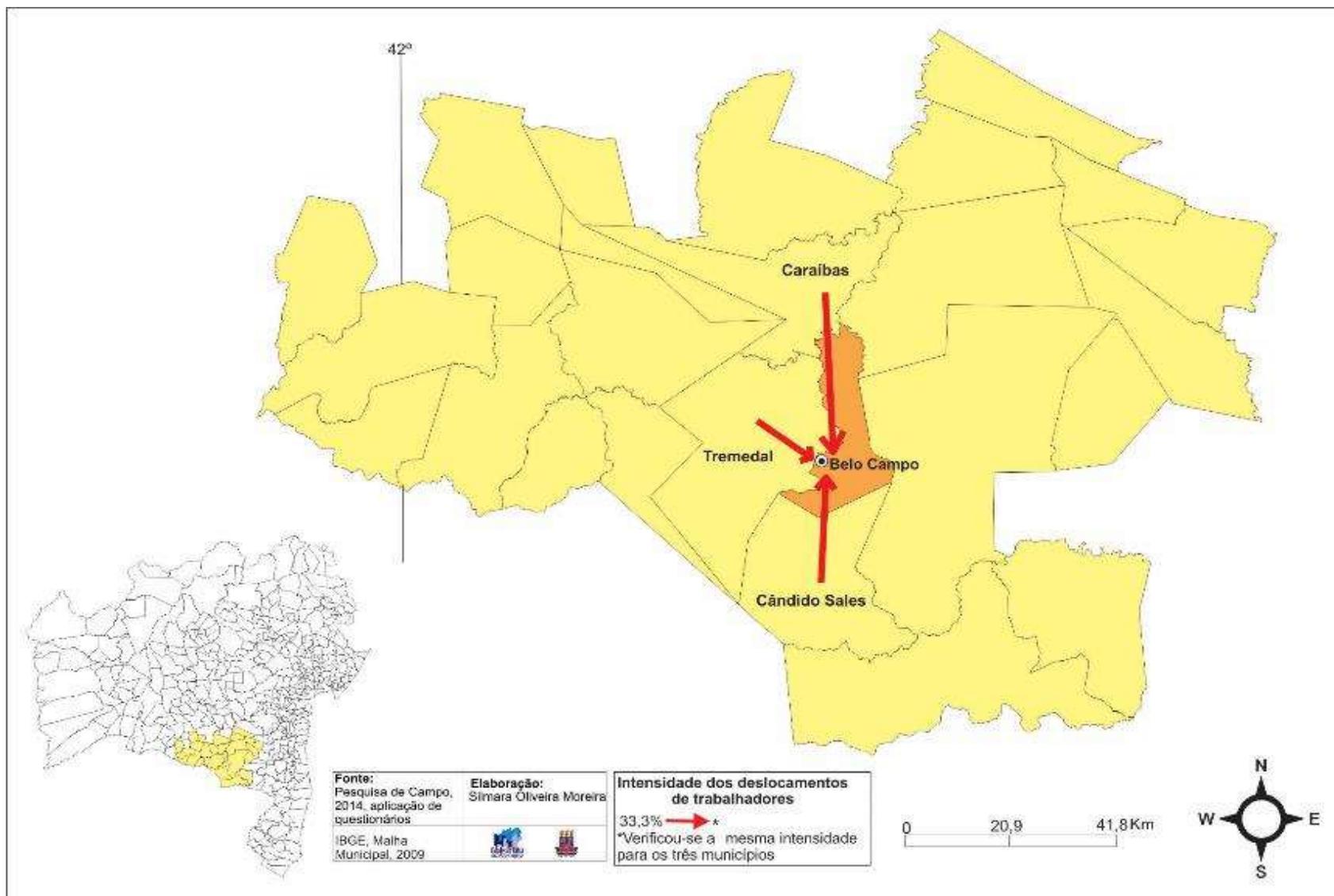


Figura 1: Origem dos trabalhadores temporários de Belo Campo, 2014.

Outro fato interessante, todavia, refere-se à estrutura fundiária e pode ser revelado pelo Censo Agropecuário (IBGE, 2006), ao indicar que Belo Campo possui significativa concentração de terras, como mostra a tabela 1. No município, 83,7% dos produtores considerados pequenos, com até 50 hectares de terras, ocupam apenas 37,0% do total; enquanto os grandes e médios, aqueles com propriedades maiores que 200 hectares, que são apenas 1,14% do total, são detentores de 29,6% das terras do município.

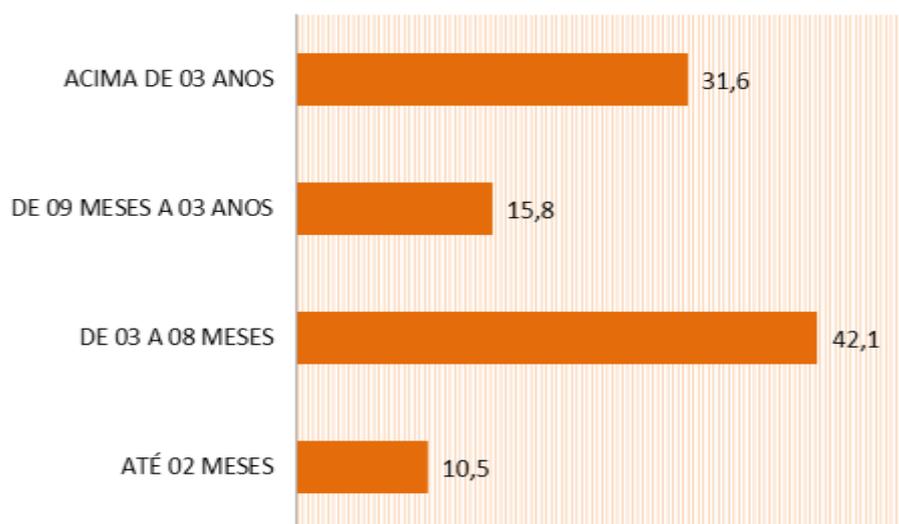
**Tabela 1: Número e área dos estabelecimentos, por tamanho da propriedade – Belo Campo - Bahia – 2006.**

Classes	Números de Estabelecimentos		Área da propriedade	
	Número	%	Área	%
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	7	0,57	0,16	0,0005
De 0,1 a menos de 0,2 ha	3	0,24	0,49	0,0016
De 0,2 a menos de 0,5 ha	29	2,35	10,20	0,0336
De 0,5 a menos de 1 ha	39	3,16	27,15	0,0893
De 1 a menos de 2 ha	168	13,63	217,64	0,7159
De 2 a menos de 3 ha	121	9,81	264,30	0,8694
De 3 a menos de 4 ha	73	5,92	237,31	0,7806
De 4 a menos de 5 ha	45	3,65	192,70	0,6339
De 5 a menos de 10 ha	146	11,84	966,30	3,1786
De 10 a menos de 20 ha	160	12,98	2.073,21	6,8198
De 20 a menos de 50 ha	241	19,55	6.984,12	22,9742
De 50 a menos de 100 ha	76	6,16	4.935,20	16,2343
De 100 a menos de 200 ha	43	3,49	5.593,04	18,3983
De 200 a menos de 500 ha	11	0,89	2.898,00	9,5330
De 500 a menos de 1000 ha	1	0,08	1000,00	3,2895
De 1000 a menos de 2500 ha	2	0,16	5000,00	16,4475
Produtor sem área	68	5,52	0	0
<b>Total</b>	<b>1233</b>	<b>100,00</b>	<b>30399,82</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE (2006).

Elaborada pelo autor.

A necessidade de adequação às condições de mercado, no que se refere aos empregos “oferecidos”, fez com que essas pessoas também fossem em busca de trabalho, extrapolando os limites territoriais do seu município e/ou do Estado da Bahia, indo para locais como São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro, dentre outros. Esse movimento migratório possui uma característica específica, inerente ao tempo de permanência nos locais de trabalho, uma vez que há uma predominância de trabalhadores que ficam um curto período de tempo nos destinos, não ultrapassando oito meses, como aponta o gráfico 1, o que ratifica a definição desse processo como uma migração temporária, característica intrínseca do trabalho no modo de produção capitalista.



**Gráfico 1** - Tempo de permanência dos trabalhadores nos locais de trabalho, Belo Campo, 2014.  
**Fonte:** Pesquisa de campo (2013);  
**Elaboração:** Silmara Moreira

O tempo de permanência está associado a dois fatores preponderantes: o primeiro relaciona-se ao emprego que consegue, pois muitos trabalham na construção civil (21%) e as “empreitas” têm curto período de duração; outros (18%) em colheitas sazonais, que duram de três a seis meses. Outro fator determinante é a saudade de casa, uma vez que esses trabalhadores deixam suas famílias para trás e, como conseguem em pouco tempo uma relativa “boa renda”, se comparada com a que recebem em Belo Campo, decidem voltar e ficar enquanto o dinheiro ganho for suficiente para manter-se. Um jovem de 29 anos relatou: “A gente vai trabalhar e não vê a hora de juntar um dinheiro pra vir embora ficar perto dos filhos, perto da família”<sup>3</sup>.

Outro aspecto importante é o fato da maioria dos trabalhadores, ao longo de suas trajetórias de vida, mudar constantemente de emprego e configura o que foi anteriormente sobredito como plasticidade do trabalho. Em depoimento, um homem de 34 anos, que começou a trabalhar aos nove anos de idade, relata que, após idas e vindas de São Paulo, desde que tinha 18 anos, desempenhou atividades em oito diferentes áreas: oleiro, ajudante de pedreiro, balconista, metalúrgico, ajudante de cozinha, pizzaiolo, cantor e promotor de eventos.

São muitas as funções desempenhadas por esses trabalhadores, ao longo de suas vidas, sendo que todos os sujeitos confirmaram ter atuado no mercado de trabalho em

<sup>3</sup> Jovem pai de família que trabalha em São Paulo na construção civil.

três ou quatro diferentes áreas, após terem começado a viajar para trabalhar, isso de acordo à demanda e necessidade do mercado, cujo intuito é a garantia de sua sobrevivência e da família.

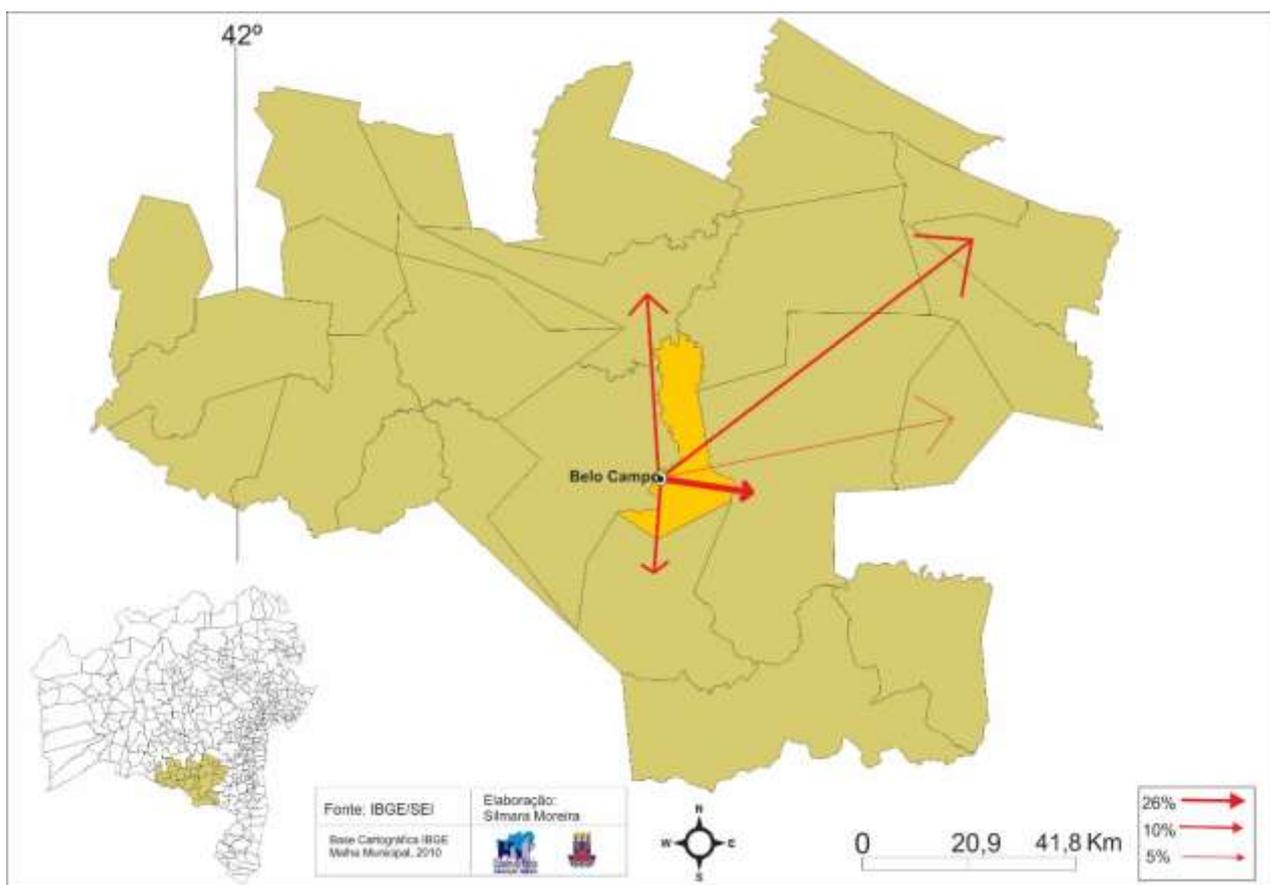
Os motivos apresentados pela saída para outros destinos são, na maioria dos casos, unidos à procura por trabalho, uma vez que em Belo Campo isso é insuficiente ou não apresenta bons salários. Esses trabalhadores se veem forçados a sair à procura de destinos tidos como “bons”, onde possam vender sua força de trabalho.

Retomando a discussão sobre os destinos dos migrantes, verificou-se que esses ainda possuem uma relação muito intensa com a Região Sudeste, relação essa própria dos resquícios do começo do duplo processo de industrialização/urbanização ocorrido na metade do século passado no Brasil, quando um contingente de pessoas saiu do Nordeste para aquela região e à ideia propagada do “desenvolvimento”, ligado à concentração de indústrias, era a tônica. Constatou-se, portanto, que 100% dos trabalhadores, mesmo aqueles que estabeleceram e estabelecem relações de trabalho em outros municípios, labutaram em São Paulo alguma vez na vida e veem a Região Sudeste como principal destino para se deslocar à procura de emprego.

Assim, têm-se dois recortes territoriais para compreender a análise da mobilidade temporária. Primeiro, serão os deslocamentos no próprio território baiano, sendo que esses migrantes estabelecem relações em maior intensidade com os municípios do entorno de Belo Campo, que compõem o Território de Identidade de Vitória da Conquista, e, em menor proporção, com a capital do estado, Salvador, bem como com outras cidades intermediárias, conforme observa-se na figura 2.

A migração para outros municípios do Território de Identidade de Vitória da Conquista ocorre, principalmente, para o trabalho na lavoura de café ou em outras culturas, como são os casos de Barra do Choça, Caraíbas e Candido Sales. Todavia, o que cresce nos últimos anos é o deslocamento para a cidade de Vitória da Conquista, principalmente, para os trabalhados na construção civil e, no caso dos jovens, para conciliar o trabalho e estudos, uma vez que é próxima de Belo Campo (60 Km), apresenta significativo crescimento demográfico e econômico, sendo cidade média, com população urbana de 274.805 (IBGE, 2010). Também, é fato a necessidade de mão de obra na construção civil, face os fortes interesses imobiliários na cidade, aspecto estudado por autores como Rocha (2011), o que aponta que Vitória da Conquista obteve nas últimas décadas um crescimento econômico considerável, sobretudo, quando a reflexão abarca ainda grande parte das prestações de serviços de saúde e educação voltadas para os municípios da região e do

Norte de Minas Gerais.



**Figura 2:** Belo Campo, deslocamento dos trabalhadores entre os municípios baianos, 2014.

**Fonte:** Pesquisa de Campo

Outro dado acentuado e que ocorre com maior frequência é o deslocamento para outros estados, em que a maioria dos migrantes escolhe São Paulo como destino principal. Dentre esses, apenas 26% dos trabalhadores relataram se deslocar também para outros estados, sendo a maioria dentro da própria região Sudeste, conforme informações da Figura 3. Em São Paulo, normalmente, ocupam-se de empregos na construção civil ou na lavoura, isso no caso dos homens, pois as mulheres trabalham geralmente em “casas de família”, como empregadas domésticas e/ou babá. No entanto, os mais jovens, em geral, que se deslocam com o intuito de também conciliar o trabalho com os estudos, além das ocupações que foram citadas, desempenham funções no setor de prestação de serviços e comércio. Existem ainda, mesmo que em menor escala, aqueles que se deslocam para estados como Mato Grosso e Minas Gerais, geralmente, para trabalhar em atividades voltadas para a agricultura, mecanizada ou não.

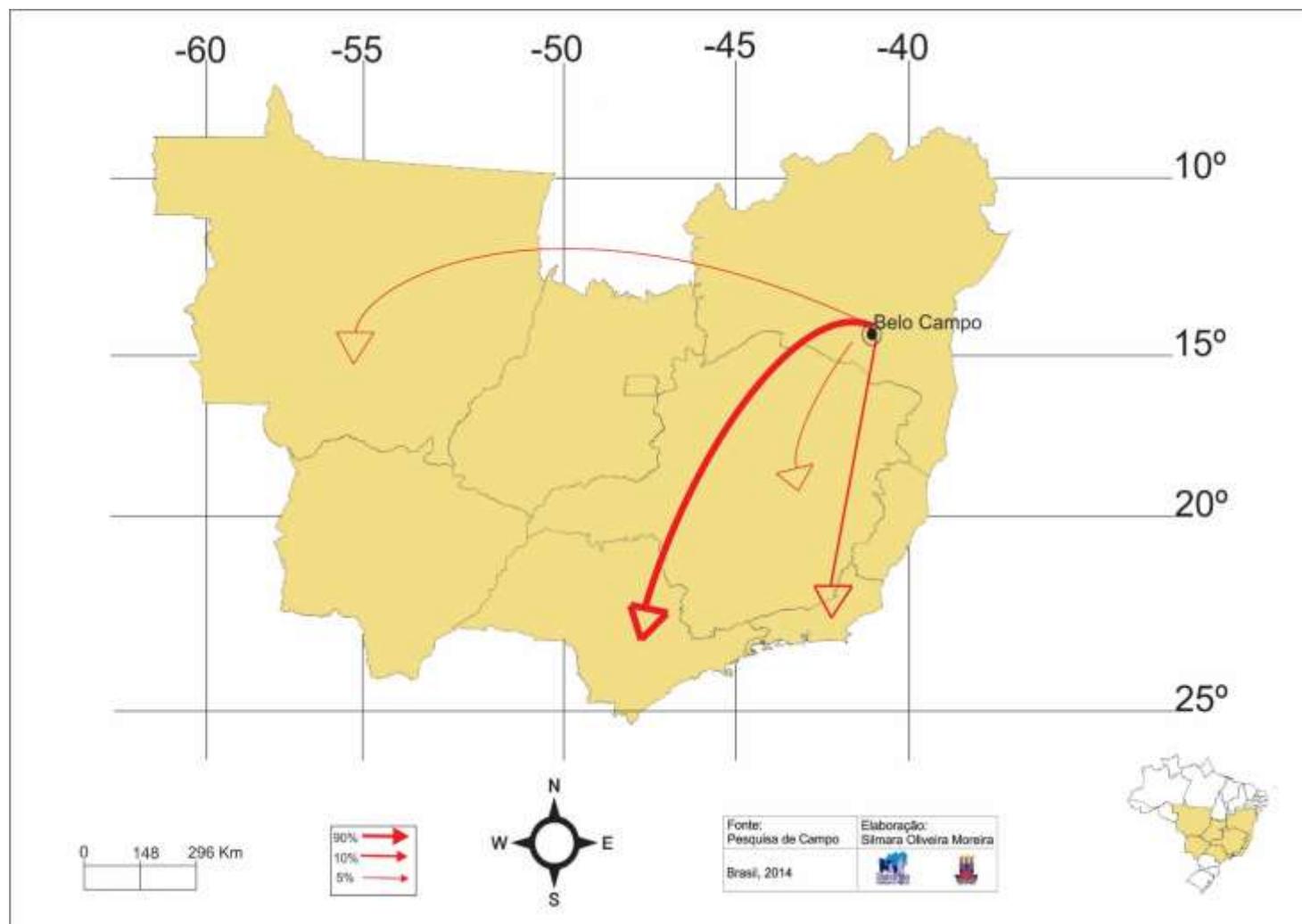


Figura 3: Deslocamento dos trabalhadores de Belo Campo para outros estados brasileiros, 2014

Assim, ao par plasticidade-capilaridade, definido anteriormente à luz das ideias de Thomaz Junior (2006), como a capacidade do trabalhador em moldar-se às condições do mercado e às esferas de convivência em sociedade, acrescenta-se o fato que o migrante que vive essa experiência intermitente “do partir e do chegar” não mais voltará à sua forma original; ou seja, dadas às condições que o mercado lhe impõe, esse não mais compreenderá a sua condição de trabalhador como outrora. Portanto, no pequeno município, a migração temporária, atrelada à plasticidade do trabalho, tem se configurado ao longo dos anos como fator que interfere diretamente na sua dinâmica social e econômica e, principalmente, nas vidas dos trabalhadores, marcadas por um intenso fluxo migratório de caráter provisório.

### **O TRABALHADOR NUMA PERSPECTIVA ONTOLÓGICA**

A palavra ontologia é formada através dos termos gregos “*ontos*” (ser) e “*logos*” (estudo, discurso), ou seja, significa estudo do ser. A ontologia do trabalho, portanto, se propõe à compreensão do ser humano como um ser social, que enquanto transforma o ambiente em que vive é também transformado por esse. O mecanismo pelo qual essa transformação ocorre é pela realização do trabalho. Na história da humanidade, de acordo com os modos de produção, diversas foram as formas de trabalho a serem desempenhadas pelo homem, dentro do seu tempo histórico. Menezes e Quaresma enfatizam que “Ao trabalhar transformamos a natureza, construímos coisas, modificamos espaços, relações, situações e pessoas. Nesse processo nos envolvemos e também nos transformamos, nos formamos ou nos deformamos” (MENEZES; QUARESMA, 2011, p. 67).

À luz das ideias propostas por Marx, Lessa argumenta que “[...] os homens são os únicos animais cuja interação com a natureza tem um desenvolvimento que não mais depende do desenvolvimento biológico” (LESSA, 2005, p.19). O autor compreende, portanto, que os homens constroem sua história através das relações sociais, das diferentes maneiras que se organizam e transformam o ambiente em que vivem. Esse desenvolvimento independe da evolução biológica e se torna possível porque o ser humano, antes de transformar o mundo material, possui ideias prévias. Em suas palavras:

[...]É esta capacidade de operar prévias ideias que possibilita que, ao transformar o real, além de produzir novos objetos, os homens também adquiram novos conhecimentos e novas habilidades, num processo de acumulação objetiva e subjetivamente independente do desenvolvimento

biológico da espécie (LESSA, 2005, p.19).

Entretanto, Marx define essa forma intrínseca do ser humano de se relacionar com a natureza como trabalho. Para o autor, a ontologia do ser social é [...] “um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2006, p. 326). O ser humano, ao mesmo tempo em que transforma a natureza através das forças naturais do seu corpo, é transformado por essa. Portanto:

[...]Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais (*tierartig*), do trabalho.[...] Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. (MARX, 2006, p. 327).

O trabalho, enquanto realização do ser, nada mais é que a capacidade do ser humano de transformação, de (re)criação em função dos meios que a natureza lhe disponibiliza. Os elementos que constituem o trabalho enquanto categoria são: possuir a dimensão teleológica, ou seja, a capacidade do ser social de estabelecer finalidades e criar possibilidades de materialização dessas projeções; modificar o meio natural e social; e associar as capacidades física e intelectual, mesmo na produção capitalista (MENEZES; QUARESMA, 2011). Para Braghini, Donizeti e Veroneze:

[...] o trabalho permanece como pressuposto da existência humana. É condição necessária e natural do intercâmbio material entre o ser social, a natureza e a sociedade. Porém, na sociedade capitalista, esta premissa ontológica é reduzida à (re)produção de riquezas, bens de consumo e de mercadorias (BRAGHINI, DONIZETI, VERONEZE, 2009, p. 27).

Para tanto, o capital sujeita o ser humano à alienação, que é a não capacidade do trabalhador de se enxergar como parte do processo na produção, pois o trabalho que realiza é individual e fragmentado, tendo como propósito a garantia da sua sobrevivência. O trabalho, portanto, é condição essencial para que os humanos se reproduzam enquanto seres. Para o capitalismo, contudo, o trabalho nada mais significa que o meio pelo qual o sistema encontra de produzir o lucro traduzido na forma de riquezas e mercadorias. Assim, a expropriação do ser passa pelo desprendimento do trabalhador do seu autoconhecimento, levando-o ao processo alienante de mero “produtor de coisas”.

Ao tratar das “formas contemporâneas do trabalho”, Lessa enfatiza que: “[...] desde o trabalho informal até o trabalho que opera tecnologias de ponta, são expressões

das necessidades da produção de mais-valia nesse momento em que predomina a produção destrutiva peculiar à crise estrutural do capital” (LESSA, 2005, p. 23). Já Alves e Antunes observam que “[...] nas relações trabalho/capital, além e apesar de o trabalho ‘subordinar-se’ ao capital, ele é um elemento vivo, em permanente medição de forças, gerando conflitos e oposições ao outro polo formador da unidade que é a relação e o processo social capitalista” (ALVES; ANTUNES, 2004, p.350).

Dessa forma, ao medir forças com o capital, o trabalhador é forçado o tempo todo a se subjugar ao sistema vigente, ao mesmo tempo em que delinea uma relação dialética entre a sua dimensão ontológica e a dimensão lucrativa do capital. Pensar o trabalho numa dimensão ontológica hoje é considerar, principalmente, as condições objetivas de sobrevivência do trabalhador e os imperativos que o condicionam enquanto “ser”.

Dos trabalhadores de Belo Campo, cerca de 40% relataram que, ao retornarem para suas origens, a renda adquirida durante o emprego temporário é suficiente para manter suas famílias por, no máximo, quatro meses; e 36% disseram que com o valor adquirido nesse tempo de trabalho não é possível manter os gastos da família por mais de um mês, pois esse é consumido durante os dias de trabalho.

Dessa maneira, compreende-se que a melhoria da qualidade de vida que os trabalhadores procuram ao migrar, com a busca por melhores salários, de fato, não acontece em sua plenitude, com o deslocamento e a adequação às ordens do mercado, pois as dificuldades encontradas e o esgarçamento de suas condições humanas de existência tornam irrisórios os ganhos materiais que são obtidos no tempo de trabalho. Vale ressaltar que essa é uma lógica inerente à própria mobilidade, disso exposto, não se esgota na realidade analisada.

Esses trabalhadores, contudo, enxergam mudanças em suas vidas com os deslocamentos feitos em busca de trabalho e as consideram como positivas. O percentual de 57% disse ter melhorado as suas condições financeiras e essa mudança está ligada à “conquista da casa própria” e à possibilidade de melhorar a situação financeira da sua família. Cabe advertir, ainda, que 89,5% desses associam isso a realização profissional, a satisfação em trabalhar na função que garantem a renda obtida com o trabalho, enquanto os demais se declaram insatisfeitos com as atividades exercidas. Os trabalhadores, entretanto, não conseguem enxergar com nitidez esse processo em suas vidas. Compreende-se, no entanto, que essa alienação é uma característica inerente ao sistema capitalista, sobretudo na conjuntura atual da reestruturação produtiva.

Durante o tempo que permanecem em Belo Campo, esses trabalhadores tentam arranjar algum labor com o qual possam conseguir uma renda e, quem sabe, até fixar-se junto a família, visto que nem sempre podem levá-la consigo. Não obstante, as condições de trabalho que se deparam também não lhe são as melhores. Os “empregos” no município, como citados alhures, não oferecem boas condições de remuneração. As contratações, na maioria das vezes, são informais, ou seja, sem nenhum registro em carteira e sem direitos trabalhistas que assegurem os empregados.

Uma senhora, ao ser indagada sobre sua condição de trabalhadora migrante, que vive o ir e vir entre São Paulo e Belo Campo, relata: “A gente vem embora pra ficar na nossa terra perto da família, mas viver aqui também é difícil, porque a gente não arranja trabalho e, quando arranja, os patrões não querem pagar nem um salário mínimo e, mesmo tendo as leis, nós não podemos fazer nada, porque se colocamos eles na justiça, eles demitem a gente e ai ninguém mais na cidade quer dar trabalho”<sup>4</sup>.

Essa fala demonstra a realidade vivida pelos trabalhadores das pequenas cidades, que sobrevivem da venda de sua força de trabalho, muitas vezes, sem as condições mínimas para a garantia de sua sobrevivência enquanto ser. Na maioria dos casos, são obrigados a se sujeitar aos mandos e desmandos dos patrões, para não precisarem voltar a perambular em busca de trabalho.

A precariedade também se revela intensamente no dia a dia desses trabalhadores, pois os espaços de realização de suas atividades oferecem riscos à saúde, como as empregadas domésticas, pedreiros, ou até mesmo os empregados das grandes redes que viajam para trabalhar, sendo que alguns já chegaram a sofrer acidentes e outros temem pela própria vida. Alguns depoimentos:

Na casa que eu trabalhei em São Paulo durante 3 anos, era um apartamento enorme no 23º andar, com janelas de vidro imensas e, eu tinha de limpá-las duas vezes na semana, quando eu ia limpar do lado de fora ficava pendurada e morria de medo de cair de lá. A patroa falava que não era pra subir na janela, mas quando via sujeira reclamava do meu trabalho e nunca contratou ninguém pra fazer o serviço. Como eu era empregada e precisava do dinheiro nem podia falar nada<sup>5</sup>.

Eu trabalhava numa rede de *fast-food* em São Paulo como auxiliar de cozinha e, o lugar que a gente ficava era muito quente. Mas, mesmo assim, eu tinha de sair de lá e ir pegar coisas na câmara fria. Ai, um dia depois de fazer isso, eu passei mal, e até fiquei em coma. Fiquei internado por um longo tempo e, só não morri porque os médicos que

---

<sup>4</sup> Trabalhadora temporária que passou seis anos em São Paulo labutando em “casa de família” e agora trabalha como auxiliar de serviços gerais em Belo Campo.

<sup>5</sup> Trabalhadora temporária de Belo Campo, que era agricultora, e passou 5 anos em São Paulo labutando como empregada doméstica.

me atenderam no hospital eram muito bons<sup>6</sup>

Mesmo nessas condições, a maioria desses trabalhadores (73%) se sente satisfeita ao dizer que, ao serem demitidos dos seus empregos, receberam as verbas rescisórias de forma integral ou parcial as quais obtinham direito. Esses, no entanto, desempenham suas funções numa carga horária com média de 8 a 12 horas de trabalho diária, sendo que, em muitos casos, essa jornada é exercida também nos finais de semana. Consta-se, nessas declarações, a magnitude da alienação a qual esses trabalhadores são submetidos.

Assim, a vida do migrante temporário é incerta e contraditória, pois passa pelo sofrimento da saudade e da ausência da família, pelo desgaste e pelas intempéries que a lida longe de sua terra lhe apresenta e a tão sonhada “melhoria nas condições de vida”, seja em Belo campo, seja nos locais para onde se direcionam para trabalhar, não se torna realidade concreta. Portanto, o ir e vir daqueles que migram constantemente, muito além dos ganhos e perdas financeiras apregoadas pelo capital, trazem consequências na reprodução de suas vidas enquanto trabalhadores e, sobretudo, na sua constituição enquanto ser.

### **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

O caráter da mobilidade do trabalho, no contexto da urbanização contemporânea nos pequenos municípios, adequa-se às condições que a reestruturação produtiva tem imposto, pois os sujeitos envolvidos no processo têm suas trajetórias de vida marcadas pelos deslocamentos numa busca incessante por “melhores condições de vida”. Seu cotidiano passa a ser totalmente modificado diante de “idas e vindas”; seus espaços de realização da vida são transformados e o próprio sujeito é transformado no processo. Muitos deixam suas famílias, moradias e histórias de vida para trás; ao retornarem, nem sempre se encontram como pertencentes àqueles espaços de origem.

As transformações do próprio mundo do trabalho se revelam com mais clareza na forma como esse tem se organizado, uma vez que o deslocamento dos trabalhadores, outrora ligado a uma grande oferta do mercado de trabalho nos setores industriais, hoje é absorvido em maior número pelos trabalhos temporários no terciário, característica essa inerente à flexibilização dos mercados e à própria acumulação flexível. Todavia, o setor primário ainda abarca parcela desses migrantes temporários, principalmente para trabalhar

---

<sup>6</sup>Trabalhador temporário de Belo Campo, que trabalhou em São Paulo como auxiliar de cozinha numa rede de *fast-food*, atualmente está morando em Belo Campo e trabalha em municípios vizinhos na construção civil.

nas grandes fazendas monocultoras das Regiões Sudeste e Centro-oeste do país.

Os trabalhadores vivem em um intenso processo de adaptabilidade, às vezes, sobrevivem como trabalhadores rurais, em outros momentos como operários industriais, ou ainda como prestadores de serviços. Assim, a decisão do tipo de trabalho que vão desempenhar não está em suas mãos, mas na determinação da demanda do mercado. É importante lembrar que a precarização do trabalho tem sido fator preponderante nessa “nova forma do trabalho se organizar”. Todavia, revela-se de maneira diferente, seja pelas condições dos ambientes de trabalho ou pelo esgarçamento das condições objetivas de vida dos trabalhadores, com os baixos salários pagos.

A mobilidade no pequeno município apresenta mudanças também no direcionamento dos fluxos migratórios, pois, ocorre de modo diferente do que acontecia em meados do século XX, quando o destino dos trabalhadores era para as grandes cidades, primordialmente. Embora os trabalhadores ainda possuam ligação muito intensa com a Região Sudeste, observa-se que os municípios do entorno e as cidades médias estão se tornando cada vez mais atrativas para esses e passam a apresentar fluxos migratórios consideráveis nos últimos anos.

Portanto, apreende-se que a mobilidade do trabalho, enquanto movimento espaço-temporal, tem interferido de maneira incisiva na dinâmica socioespacial dos pequenos municípios, pois a migração temporária, além de interferir na realidade econômica, uma vez que o ir e vir dos trabalhadores, mesmo que de maneira pequena, movimenta o mercado local, interfere no modo como as pessoas se enxergam nesse processo, na dinâmica populacional das cidades e, principalmente, no modo de vida dos trabalhadores; ou seja, no ser.

## REFERÊNCIAS

ALVES, G.; ANTUNES, R. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. In: **Educação e Sociedade**, Campinas (SP), v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ANTUNES, R. **O Caracol e sua concha**: Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho, São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. Dimensões da precarização estrutural do trabalho In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Org.). **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007, p13-22.

\_\_\_\_\_. Desenhando a nova morfologia do trabalho: as múltiplas formas de degradação do

trabalho In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 83, p. 19-34, 2008.

BARCELLOS, T. M. de. Migrações no Brasil: considerações sobre o período recente. In: **Ensaio FEE**, porto alegre, v.23, n.4, p.251-256. 1996. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1024>>, acesso em 10 de julho de 2014.

BRAGHINI, N. C. DONIZETE, T. C. DE O. VERONEZE, R. T. As bases sócio históricas da ontologia do ser social: o trabalho. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2, Expressões socioculturais da crise do capital e as implicações para a garantia dos direitos sociais e para o serviço social, **Anais...**, Belo Horizonte, 2009.

DAMIANI, A. L. **População e Geografia**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GIZZO, M. R.; ROCHA, M. M. Contextualização dos estudos de mobilidade nas Ciências humanas. In: **Espaço plural** (Unioeste), v. 01, p. 101-110, 2008.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 24ª ed. Loyola. São Paulo. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico Bahia**: recenseamento geral, 1970, v. 1, tomo XIII. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

\_\_\_\_\_. **Geociências**. Mapas Estatísticos, Censo Demográfico 2010. Disponível em: <[http://downloads.ibge.gov.br/downloads\\_geociencias.htm](http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm)>, acesso: 29 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Sidra**: Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso: 05 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo2010/>>. Acesso: 05 mai. 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA). **Banco de dados Ipeadata**. Produto Interno Bruto: 1920 a 2010. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. acesso: 29 jun. 2015.

LESSA, S. História e Ontologia: a questão do trabalho. **Crítica Marxista** (Roma), CEMARX/Unicamp, v. 20, p. 70-89, 2005.

MARTINE, G. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v.11, n.1, p.41-60, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo;

Campinas: Unicamp, 2006.

MENEZES NETO, A. J. de. QUARESMA, A. G. O caráter ontológico do trabalho: implicações para a relação trabalho-educação. In: **Revista Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.20, n.2, p.63-75, mai./ago., 2011.

MOREIRA, S. O. **O processo de urbanização e a mobilidade do campo para a cidade em Belo Campo/BA.**, 2011, 77f. Monografia (Licenciatura em Geografia) Departamento de Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2011.

MOREIRA, S. O.; SANTOS, J. Relações campo-cidade e mobilidade do trabalho no contexto da urbanização: a reprodução da vida em cidades pequenas. In: DIAS, Patrícia Chame; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. (Org.). **Cidades médias e pequenas: dinâmicas espaciais, contradições e perspectivas na relação cidade-campo**. Salvador: SEI, 2015, v. 1, p. 205-217.

ROCHA, I. dos S. **Produção e valorização do espaço urbano de Vitória da Conquista: uma análise das estratégias e transformações no bairro Boa Vista**. 2001, 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Salvador, 2011.

ROCHA, M. M. Mobilidade forçada, a economia política dos deslocamentos humanos. In: **Acta Scientiarum** (UEM), Maringá - PR, v. 21, n. 1, 1999.

SANTOS, A. Migração e força de trabalho: notas para debate. In: **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 7, n. 2, p. 07-25, 2006

SANTOS, J. **A cidade poli(multi)nucleada: a reestruturação do espaço urbano em salvador**. Salvador: EDUFBA, 2013

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, Nelmires Ferreira. **Adeus, cascalho: jovens sergipanos na odisséia do trabalho temporário**. 2009. Tese (Doutorado)-Núcleo de Pesquisa em Geografia- NP GEO – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2009.

THOMAZ JR. A. Os limites da teoria e a plasticidade do trabalho. Repensar auto-crítico sobre as classes trabalhadoras no Brasil. In: **Revista Pegada**, v 07, n. 1, p. 07- 40, 2006. Disponível em:< <http://www4.fct.unesp.br>>, acesso em 10 de julho de 2014.

Submetido em: 15 de maio de 2016

Aceito em: 27 de junho de 2016